



Diário Oficial do MUNICÍPIO

ANO 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS - BA

A Prefeitura Municipal de Madre de Deus, Estado da Bahia, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024



LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MADRE DE DEUS

ESTADO DA BAHIA

Gestor: Dailton Raimundo De Jesus Filho**Sec. de Governo:****Editor:** Ass. de Comunicação PM Madre de Deus - BA**Leia o Diário Oficial do
Município na Internet****ACESSE****www.indap.org.br**

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04

Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PARTE A - PREÂMBULO

I- Regência Legal:

Esta Licitação é regida pelos seguintes dispositivos: Lei n. 14.133/2021, IN SEGES/ME 073/2022 e alterações posteriores no que couber.

II- Repartição Interessada:

Secretaria Municipal de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLAN
Secretaria Municipal da Juventude – SEJUV
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES

III- Número de Ordem:

Pregão Eletrônico nº 016/2024

IV - Processo Administrativo nº:

2949 de 17 de Novembro 2023

V- Finalidade da Licitação/ Objeto:

Contratação de empresa especializada em Sistema Integrado de Governança Pública, que contempla sistemas voltados para as necessidades técnico-administrativas e de Gestão das Secretarias de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN), Desenvolvimento Social (SEDES) e Juventude (SEJUV), conforme especificações e quantitativos estabelecidos e condições previstas no Termo de Referência.

VI- Tipo de licitação:

Menor preço global

VII – Ramo de atividade:

Do ramo pertinente do objeto licitado

VIII- Forma/Regime de Fornecimento/Execução:

Indireta por preço unitário

IX – Prazo de entrega

Conforme previsto no Termo de Referência

X - Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 08.01 SEPLAN / 14.01 SEDES / 20.01 SEJUV
Projeto/Atividade : 2007 / 2006
Elemento de Despesa: 3.3.90.40
Fonte / CO: 500.0000

XI- Capital Social mínimo necessário:

10% do valor global estimado pela administração

XII- Site, data e horário (Brasília-DF) recebimento de propostas e início da sessão pública:

Site: www.bll.org.br

Recebimento das propostas: Das 14:00hs do dia 22/04/2024 as 08:00hs do dia 03/05/2024

Início da sessão pública: As 09:00 do dia 03/05/2024

XIII- Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre o edital:

Pregoeiro: Elaine Cristina de Jesus santana

Designação: Decreto nº 267/2023

Endereço: Av. Rodolfo de Queiroz Filho 55, 2º Andar, Centro, Madre de Deus/Ba.

Horário: De segunda à sexta-feira, das 09h00 às 14h00

E-mail: cpl@prefeitura.madrededeus.ba.gov.br/cpl.madre21@gmail.com

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada em Sistema Integrado de Governança Pública, que contempla sistemas voltados para as necessidades técnico-administrativas e de gestão das secretarias de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN), Desenvolvimento Social (SEDES) e Juventude (SEJUV), conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste de Termo Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 2.1 Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto a Bolsa de Licitações e Leilões, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.
- 2.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 2.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 2.2.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;
- 2.2.4 que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal
- 2.2.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 2.3 Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 2.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 2.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 2.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.3.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 2.3.5 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- 2.3.6 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas;
- 2.3.7 O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto ao sistema através das orientações e documentos disponíveis no site: www.bll.org.br;
- 2.3.8 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil;
- 2.3.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no item habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

- 3.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.
- 3.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.
- 3.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.7 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido;
- 3.8 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 3.9 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 3.10 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores mantido pelo Município;
- 3.11 Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº. 123, de 2006 com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 147/2014 e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 3.12 **Não poderão participar desta licitação os interessados:**
 - 3.12.1 Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal direta ou indireta de MADRE DE DEUS, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 3.12.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.
- 3.12.3 Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 3.12.4 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.12.5 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.12.6 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;
- 3.12.7 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 3.12.8 Não será admitida a participação de instituições sem fins lucrativos, conforme (Acórdão nº. 2847/2019-TCU-Plenário).
- 3.12.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600.
4. **QUANTO À FORMA DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**
- 4.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas;
- 4.2 A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante;
- 4.3 As propostas de preços deverão ser enviadas por meio da digitação da senha de identificação do licitante, mediante a opção **Acesso Identificado**, através do site, data e horários estabelecidos na **SEÇÃO A – PREÂMBULO**;
- 4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021;
- 4.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006;
- 4.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 4.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 4.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 4.10 No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo “informações adicionais”, os serviços ofertados e anexar sua proposta de preço e composição de preços inicial, vedada a identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

5. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 Fase Inicial

- 5.1.1 A Proposta de Preços deverá ser formulada conforme modelo constante nos Anexos deste Edital, e os documentos que a instruírem quando for o caso deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em papel timbrado ou impresso da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, contendo preço unitário, parcial e total, em algarismo, em moeda corrente do país, devendo a última folha ser assinada e carimbada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante.
- 5.1.2 O valor global da Proposta deverá ser apresentado em algarismos e por extenso.
- 5.1.3 **A Proposta de Preços deverá ainda:**
- 5.1.3.1 Conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou seu representante legal, CPF e cargo na empresa; Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 5.1.3.2 A licitante deverá apresentar composição unitária de todos os itens conforme planilha constante no Anexo I – termo de referência;
- 5.1.3.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 5.1.3.4 Os preços deverão incluir custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários seguindo convenção coletiva vigente e abrangente do município, tributários, comerciais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- 5.1.4 **Formulação dos Lances:**
- 5.1.5 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 5.1.6 Quando for constatado o oferecimento de lances com variação insignificante, ao Pregoeiro poderá fixar valor mínimo, em reais, não superior a 0,01% do valor estimado da contratação, a ser admitido como variação entre um lance e outro;
- 5.1.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema;
- 5.1.8 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 5.1.9 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante;
- 5.1.10 Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.2 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 5.2.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.2.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.2.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.2.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.2.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.2.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 5.2.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;
- 5.2.13 Encerrado o prazo inicial de 15(quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
- 5.2.14 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 5.2.15 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 12.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;
- 5.2.16 Encerrados os prazos estabelecidos nos 5.2.14 e 5.2.15, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;
- 5.2.17 Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, a ordem crescente de vantajosidade;
- 5.2.18 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada;
- 5.2.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.2.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico, para o pregoeiro, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato, pelo Pregoeiro, aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 5.2.21 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.2.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 5.2.23 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.2.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60º, § 1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.2.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.2.24.2 por empresas brasileiras;
- 5.2.24.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.2.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.2.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 5.2.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.2.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.2.28 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.2.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.:

- 6.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei 14.133/2021;
- 6.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme termo de referência deste Edital.
- 6.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 01 (hum) dia útil, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor;
- 6.4 O interessado ao preencher a planilha de composição de custos deverá seguir as orientações contidas no edital e Termo de Referência.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 6.5 O licitante deverá propor um único preço unitário para cada tipo de tarefa ou serviço, de acordo com a planilha orçamentária da Administração;
- 6.6 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
- 6.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:
- 6.7.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 6.7.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 6.7.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 6.7.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2021 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 6.7.5 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 6.12 A proposta de preços deverá conter ainda os seguintes documentos:
- 6.12.1 Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme Anexo II;
 - 6.12.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
 - 6.12.3 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame;
 - 6.12.4 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
 - 6.12.5 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
 - 6.12.6 A licitante que deixar de enviar a documentação indicada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;
 - 6.12.7 Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.
 - 6.12.8 O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à redução do valor.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 6.12.9 Havendo empate no momento do julgamento das propostas serão asseguradas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.
- 6.12.10 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.
- 6.13 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.13.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.
- 6.13.2 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.
- 6.13.3 Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à mais bem classificada.
- 6.13.4 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.13.5 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 6.13.6 O Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço;
- 6.13.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital, ficando estipulado o prazo de até 10 (dez) minutos para resposta do licitante.
- 6.13.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.13.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 6.15 O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Os documentos de habilitação deverão ser anexados no sistema BLL no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação;
- 7.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 7.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.8 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.1 certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.2 Comprovação de Capital Social mínimo indicado no **item XI** do Preâmbulo, à data de apresentação das propostas, na forma da Lei, admitindo a atualização com base no INPC do IBGE. *(quando for o caso)*.

11. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade requerida pela administração;

11.2 O(s) Atestado(s) deverão ser apresentados em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

11.2.1 razão social, CNPJ, e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;

11.2.2 descrição do objeto contratado;

11.2.3 prazo de execução do trabalho, e;

11.2.4 assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Estes dados poderão ser utilizados para comprovação das informações;

11.3 Pode o pregoeiro requerer diligência para que as informações que não constarem dos respectivos atestados possam ser complementadas por meio de declaração, em papel timbrado da empresa, ou mesmo cópia do instrumento de contratos, se for o caso ou nota fiscal.

11.4 PROVA DE CONCEITO

11.4.1 Conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar proposta de preços realinhada, exclusivamente por meio do sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas após solicitação do pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

11.2 A proposta final também deverá atender às exigências previstas no Termo de Referência Anexo deste Edital, sob pena de desclassificação.

11.2.1 Poderá ser requisitado apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a critério da administração pública.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante nesse edital.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

14.3 Na hipótese de não atendimento do dispositivo nos itens anteriores poderá a Administração contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021;

14.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

15 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1 Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura do Contrato, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

15.2 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador;

15.3 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório; nos termos da Lei Federal 14.133/2021;

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

15.5 Serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os materiais com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação;

15.6 No momento da assinatura do Contrato a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante todo o Contrato.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA, além das determinações contidas no **ANEXO I** do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

16.1.1 Fornecer/executar os bens/serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital, no Termo de Referência e no contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;

16.1.2 zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 16.1.3** comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- 16.1.4** arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- 16.1.5** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.6** providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- 16.1.7** efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- 16.1.8** adimplir os fornecimentos exigidos pelo Edital e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- 16.1.9** promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens, quando for o caso;
- 16.1.10** executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- 16.1.11** trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- 16.1.12** oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a, quando for o caso;
- 16.1.13** manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;
- 16.1.14** emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total, acompanhada da NF Eletrônica (nas operações com mercadorias, com base no Decreto Estadual nº. 10.066 de 03/08/2006 do Estado da Bahia).

17 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 17.1** O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:
- 17.1.1** fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato;
- 17.1.2** realizar o pagamento pela execução do contrato;
- 17.1.3** proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo previsto em Lei.

18 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 18.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 18.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 18.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 18.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 18.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 18.1.5 fraudar a licitação
- 18.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1 advertência;
- 18.2.2 multa;
- 18.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 18.3.2 as peculiaridades do caso concreto
- 18.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 18.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 18.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

18.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.8 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causa.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 O Prefeito Municipal de Madre de Deus compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado;

20.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

20.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;

- 20.4** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, ao Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;
- 20.5** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;
- 20.6** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.7** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

21 FORO

- 21.2** Fica eleito o foro da comarca da CONTRATANTE para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato
- 21.3** Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 238/2023.
- 21.4** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência.

22 DO PAGAMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 22.2** As regras acerca do pagamento e vigência do contrato são as estabelecidas nas informações básicas, no ANEXO I do Edital.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.2** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 23.3** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação;
- 23.4** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.5** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 23.6** Os pedidos de esclarecimentos/impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em campo próprio do sistema BLL.
- 23.7** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24 ANEXOS

24.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 24.1 ANEXO I – Termo de Referência;
- 24.2 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço
- 24.3 ANEXO III – Termo de Adesão – BLL
- 24.4 ANEXO IV – Declaração de cumprimento das condições para Habilitação
- 24.5 ANEXO V - Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
- 24.6 ANEXO VI – Declaração de Enquadramento de ME/EPP;
- 24.7 ANEXO VII – Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal nos Quadros da Empresa;
- 24.8 ANEXO VIII – Minuta do Contrato;
- 24.9 ANEXO IX- Declaração de cumprimento de exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social

Rosilda de Jesus do Amaral
Secretaria de Desenvolvimento Social

Tassio Gleidson Teixeira Carlos
Secretario da Juventude

Paulo sergio de Souza
Secretario de Planejamento,ciência, tecnologia e inovação

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este Termo de Referência tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Sistema Integrado de Governança Pública**, que contempla sistemas voltados para as necessidades técnico-administrativas e de gestão das secretarias de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN), Desenvolvimento Social (SEDES) e Juventude (SEJUV), conforme especificações e quantitativos estabelecidos:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Manutenção do sistema integrado de governança pública , conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	12
Implantação do sistema integrado de governança pública in loco , bem como treinamento e capacitação para o uso de todos os profissionais envolvidos, conforme especificações do Termo de Referência.	UND	01

2. MODELO DE CONTRATAÇÃO

2.1.A contratação será realizada através de Pregão, disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.Do Pregão:

- 2.2.1. Será considerada vencedora a empresa que apresentar o menor preço global em sua proposta;
- 2.2.2. A licitante vencedora que não comparecer para a assinatura do contrato, estará sujeita a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21;
- 2.2.3. O detentor da melhor proposta no pregão fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas para o Pregão;

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.2.4. Fica facultada, no entanto, a supressão além dos limites acima estabelecidos, mediante consenso entre as partes, de acordo a Lei 14.133/21;

2.2.5. A licitante vencedora que não comparecer para assinatura do contrato, estará sujeita a aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/21.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura, respeitando a possibilidade de prorrogações exercício após exercício, conforme dispõem o Art. 108, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DE AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que, em 22 de junho de 2017 foi criada a Lei de Governança nº 679/2017, com o objetivo de promover a integração dos benefícios e serviços públicos oferecidos pelo município, dando-se um direcionamento de integralidade e assim garantindo uma melhor fiscalização e controle dos recursos públicos, que levou o município após dois anos a instituir a uma nova Lei de Governança, a nº 737/2019, de 20 de dezembro de 2019, que integrava nesse contexto um ecossistema de ciência, tecnologia e inovação e fortalecia e ampliava com mais robustez o código municipal de benefícios e incentivos sociais, dando direcionamentos e buscando soluções e providências que auxiliassem a gestão pública municipal.

Considerando que, a supracitada lei em seu artigo 1º, inciso II, cita que é objetivo da mesma *“estabelecer procedimentos para implantação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas do Município, de forma integrada”*, além de citar em seu artigo 2º, inciso I, que considera *“governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas, de forma horizontal, e à prestação de serviços de interesse da sociedade”*. Ou seja, tão somente essas duas passagens da Lei de governança municipal já nos reporta à necessidade de promover a

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

integração das políticas públicas municipais através de mecanismos que culminem na prestação de serviços públicos com excelência.

Considerando também que, *“a governança no setor público é a capacidade de ação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas e consecução de metas coletivas”* (DINIZ, 1997 apud ARAUJO 2002, p. 19).

Nesse sentido inferimos que a excelência na execução dos trabalhos voltados para o planejamento estratégico municipal, ciência, tecnologia e inovação, além das atividades de desenvolvimento social e ações voltadas para a juventude madredeusense, pode vir a proporcionar uma redução dos custos operacionais da gestão pública. Desta forma, damos enfoque na importância de modernizar os processos de trabalho que atuam diretamente na melhoria do acesso do cidadão aos programas e benefícios municipais, estaduais e federais, o que converge com um dos objetivos primordiais da governança pública, que é a criação de salvaguardas que viabilizem o alcance de objetivos políticos. A gestão pública municipal está preocupada com os objetivos políticos (programas de governo) estabelecidos. Conquanto, as secretarias, além de serem responsáveis, serão cobradas pelo cumprimento desses objetivos. A essência da boa governança pública, a partir dessa perspectiva da responsabilidade secretarial, passa a ser a suficiência de garantias que permitam aos seus responsáveis assumir tais responsabilidades.

A implantação da solução tecnológica também proporcionará ao município melhoria no cumprimento das metas para com os governos estaduais e federais, possibilitando melhoria em suas avaliações dos programas, o que resultará em maior captação de recurso, visando a obtenção da melhoria no processo de gestão e controle dos Programas, Projetos e ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Madre de Deus, assim como também a redução nos custos operacionais e melhoria na qualidade do serviço prestado à população, além de fazer valer o que também estabelece o inciso I, do artigo 1º da lei de governança municipal que diz ser objetivo do município “estabelecer um único repositório de dados multifinalitário, integrado a todas às políticas públicas informatizadas.

Por fim, de maneira bem objetiva e transparente a ideia de concatenar as políticas públicas municipais em um sistema integrado de governança pública passa inicialmente pela

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

necessidade de buscar mecanismos de gestão para demandas de atualização, implementações e gestão de programas como o Madre Universitário (artigo 167 da Lei Municipal nº 737/2019), e incentivos como a Bolsa Universitária e Transporte Estudantil (incisos I e II do artigo 167 da Lei Municipal nº 737/2019), o Cesta da Gente (Lei Municipal nº 554/2013) e o Travessia (Leis Municipais nº 782/2022 e nº 797/2023), além dos benefícios preconizados pelo Código de Benefícios e Incentivos Sociais do município estabelecidos na Lei de Governança Municipal do seu artigo 115 ao artigo 152, com todas as peculiaridades inerentes e necessárias para a gestão desses benefícios e incentivos de maneira informatizada.

5. DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS E FUNCIONALIDADES DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A solução tecnológica deve contemplar minimamente os seguintes itens:

5.1. Módulo de Cadastro do Cidadão

- 5.1.1. Este módulo compreende um sistema de cadastramento dos cidadãos, para uso na Central de Atendimento do Cidadão, conforme disposto na Lei Municipal nº 737/2019, permitindo inclusão, exclusão, alteração e auditoria de dados na base denominada Cadastro Único Municipal.
- 5.1.2. O sistema de cadastro deverá possuir um repositório único de cadastro dos cidadãos de Madre de Deus.
- 5.1.3. O Sistema do Cadastro Único Municipal deverá ter módulo de autenticação, com diferentes níveis de permissão.
- 5.1.4. O Sistema de Cadastro Único Municipal deverá ter módulo de cadastro biométrico do cidadão, registro de foto digital e digitalização de documentos.
- 5.1.5. O Sistema de Cadastro Único Municipal deverá obedecer ao layout de dados que a Prefeitura Municipal de Madre de Deus irá apresentar no momento da contratação, devendo seu banco de dados e sistema ser flexível na inclusão/remoção de atributos e dados.
- 5.1.6. As normativas necessárias para a implantação do módulo Cadastro Único Municipal serão repassadas, no ato da contratação, pela Secretaria de

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação, devendo a contratada estar preparada para atender todas as demandas, mediante acordo entre as partes.

5.1.7. Implantação do módulo para inclusão, exclusão, alteração e auditoria do Cadastro Único Municipal:

5.1.7.1. Possibilitar que o layout dos dados necessários do cidadão, sejam repassados pelo Contratante, no ato da contratação.

5.1.7.2. Possibilitar o cadastro biométrico do cidadão.

5.1.7.3. Possibilitar o cadastro de foto digital do cidadão.

5.1.7.4. Possibilitar a digitalização dos documentos do cidadão, no momento do cadastro, no próprio sistema, conforme layout apresentado pelo Contratante, no ato da contratação.

5.1.7.5. Possuir uma base de dados adicional, para cadastro de indivíduos em diligência, por conta de divergências com as normativas estabelecidas, permitindo sua auditoria através de relatórios.

5.1.7.6. Possibilitar a exibição de relatórios on-line, conforme solicitado pelo Contratante, no ato da contratação.

5.1.7.7. Possuir sinalização para HABILITAR e DESABILITAR cadastros incluídos, sem executar exclusão.

5.1.7.8. Possuir função para georreferenciar endereços no momento do cadastro do cidadão.

5.1.7.9. Possibilitar a geração do código identificador do cidadão, conforme o algoritmo apresentado pela Prefeitura Municipal de Madre de Deus e, conseqüentemente, gerando conformidade com o NIC - Número de Identificação do Cidadão.

5.1.7.10. Permitir de cadastros de indivíduos em diligência possa ser transformado em cadastro definitivo com NIC definitivo.

5.1.8. Implantação do módulo para consulta externa do cadastro único do cidadão:

5.1.8.1. Possibilitar que os diversos órgãos e setores da Prefeitura Municipal de Madre de Deus possuam acesso, através de usuário previamente autorizado, a realizar consultas de visualização ao cadastro do cidadão.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.1.8.2.** Permitir a consulta e identificação de cadastros definitivos ou em diligência.
- 5.1.8.3.** Exibir na visualização dos dados do cidadão e da sua composição familiar, conforme layout apresentado pelo Contratante, no ato da contratação.
- 5.1.8.4.** Permitir a exportação do cadastro do cidadão em PDF, identificando a data/hora e o usuário que gerou o documento.

5.2. Módulo do Programa Travessia

- 5.2.1.** Este módulo compreende um sistema que visa prover funcionalidades específicas para informatizar as rotinas de inscrição dos munícipes que são público-alvo dos Programas Sociais e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES de Madre de Deus - BA, conforme disposto nas Leis Municipal nº 782/2022 e nº 797/2023, permitindo a inscrição, acompanhamento, validação e gestão das munícipes inscritos para tornar-se beneficiário do Programa Travessia.
- 5.2.2.** O sistema deve permitir a inscrição do responsável das famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, as famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, dos Programas Municipal Madre Social e Travessia, famílias estas que estão em acompanhamento regular por serviços da rede socioassistencial vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES.
- 5.2.3.** O sistema deverá prover os seguintes benefícios:
- 5.2.3.1.** Otimização do processo de inscrição do munícipe público-alvo a pleitear o benefício;
 - 5.2.3.2.** Transparência da informação, desde a identificação do beneficiário até a prestação de contas dos benefícios concedidos;
 - 5.2.3.3.** Agilidade e segurança no processo de inscrição e validação dos dados;
 - 5.2.3.4.** Eliminação de inscrições duplicadas por falha humana;

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

5.2.3.5. Disponibilidade de relatórios por status para acompanhamento do benefício em tempo real.

5.2.4. O sistema deve acolher os dados estratificados, analisados e formatados previamente, conforme estabelecido no programa:

5.2.4.1. Residência e domicílio no município há mais de 5 anos;

5.2.4.2. Famílias que sejam constituídas, por homens que sejam maiores de 18 anos;

5.2.4.3. Mulheres que sejam mães e chefes da família;

5.2.4.4. Pessoas que não possuam emprego formal ativo;

5.2.4.5. Não receber nenhum outro benefício previdenciário, assistencial, seguro desemprego ou programa de transferência de renda federal (exceto Programa Bolsa Família), estadual ou municipal (Madre Social);

5.2.4.6. Cuja renda familiar mensal não ultrapasse um salário mínimo.

5.2.5. O sistema deve realizar a crítica de inscrições em duplicidades, ou seja, mesmo que o beneficiário esteja inserido em mais de estratégia social que faz parte do público-alvo.

5.2.6. O sistema não deve permitir a inscrição de cidadãos que não façam parte do público-alvo e que não esteja previamente pré-cadastrado.

5.2.7. Permitir que o responsável familiar, previamente identificado como público-alvo do programa, realize a inscrição com a inserção das informações através de formulário online.

5.2.8. Possuir a geração do comprovante de inscrição, logo após a realização do cadastro pelo responsável familiar.

5.2.9. Possuir a visualização de dados consolidados e nominais informando os beneficiários que não realizaram a etapa de inscrição online e os que realizaram a inscrição para pleitear o benefício.

5.2.10. Permitir a exportação dos dados em formato compatível com o Excel, para posterior análise e validação dos critérios estabelecidos no programa.

5.2.11. Permitir que os dados das inscrições sejam cruzados manualmente com a folha de pagamento de órgãos públicos e/ou empresas privadas, com o





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

objetivo de identificar possíveis ocultação de renda no processo de inscrição.

5.3. Módulo do Programa Cesta da Gente

- 5.3.1. Este módulo compreende um sistema que visa informatizar as rotinas de entregas das cestas da semana santa, junina e natalina para as famílias que são público-alvo dos Programas Sociais e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social de Madre de Deus, conforme disposto na Lei Municipal nº 554/2013, permitindo inclusão, acompanhamento, validação e gestão das famílias e cestas.
- 5.3.2. O sistema deve permitir a inclusão do responsável das famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, as famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, dos Programas Municipal Madre Social e Travessia, famílias estas que estão em acompanhamento regular por serviços da rede socioassistencial vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES.
- 5.3.3. O sistema deverá prover os seguintes benefícios:
- 5.3.3.1. Otimização do processo de atualização cadastral do beneficiário;
 - 5.3.3.2. Transparência da informação, desde a identificação do beneficiário até a prestação de contas dos benefícios entregues;
 - 5.3.3.3. Agilidade e segurança no processo de validação e entrega do benefício;
 - 5.3.3.4. Eliminação de entregas duplicadas por falha humana;
 - 5.3.3.5. Disponibilidade de relatórios por status para acompanhamento da entrega em tempo real.
- 5.3.4. O sistema deve acolher os dados estratificados, analisados e formatados previamente, conforme estabelecido no programa.
- 5.3.5. O sistema deve realizar a unificação ou crítica de cadastros duplicados, ou seja, mesmo que o beneficiário esteja inserido em mais de estratégia social que faz parte do público-alvo.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.3.6. O sistema não deve permitir o cadastro de cidadãos que não façam parte do público-alvo e que não esteja previamente pré-cadastrado.
- 5.3.7. O sistema não deve permitir que nenhuma cesta seja entregue em duplicidade na mesma ação, mesmo que em dia ou local diferente.
- 5.3.8. Permitir que o responsável familiar, previamente identificado como público-alvo do programa, realize o cadastro com a inserção das informações através de formulário online.
- 5.3.9. Possuir a geração do comprovante de inscrição no formato ou contendo um QR CODE único, logo após a realização do cadastro pelo responsável familiar, que deverá ser interpretado e lido através do sistema.
- 5.3.10. Possibilitar a leitura do QR CODE gerado pelo sistema, identificando o beneficiário o status da concessão do benefício.
- 5.3.11. Através da leitura do QR CODE o sistema deverá realizar a validação da seguinte forma:
- 5.3.11.1.** Confirmar a concessão do benefício, caso esteja com cadastro regular e ainda não tenha sido concedido o benefício anteriormente.
- 5.3.11.2.** Recusar a concessão do benefício, quando o beneficiário nem seja público-alvo ou que seja, mas não tenha realizado o cadastro online.
- 5.3.11.3.** Recusar a concessão do benefício, quando o beneficiário já tenha retirado o benefício da ação em questão anteriormente.
- 5.3.12. Permitir a identificação do beneficiário público-alvo do programa e ação também através do CPF, para os casos que o cidadão tenha perdido o QR CODE.
- 5.3.13. Possuir a visualização de dados consolidados e nominais informando os beneficiários que não realizaram a etapa de cadastro online, que não realizaram a validação da entrega por QR CODE ou CPF e os que realizaram a validação do benefício normalmente.
- 5.3.14. Possuir a visualização de dados consolidados e nominais informando os beneficiários pelo ponto de entrega no qual o benefício foi concedido ou não e pelos bairros de residências dos beneficiários.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

5.4. Módulo do Programa Madre Social

- 5.4.1. Este módulo compreende um sistema que visa informatizar as rotinas de gestão dos programas Bolsa Social Familiar e Bolsa Social Inclusão para as famílias que são público-alvo, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social de Madre de Deus, conforme disposto na Lei Municipal nº 737/2019 (artigos 115 ao 143 do capítulo I), permitindo gestão, sanções, benefícios, critérios, documentações, acompanhamento e obrigações do programa.
- 5.4.2. O sistema deve possuir a integração com o módulo Cadastro Único do Cidadão, como forma de obter o cadastro do cidadão que está pleiteando o benefício.
- 5.4.3. O sistema não deve permitir a inclusão de um responsável e seu núcleo familiar que não esteja previamente cadastrado no módulo Cadastro Único do Cidadão.
- 5.4.4. Permitir a identificação do cidadão através do Número de Identificação do Cidadão (NIC).
- 5.4.5. Permitir a estruturação do prontuário familiar, contemplando o armazenamento dos todo o histórico de atendimentos e atualizações de concessões do benefício.
- 5.4.6. Permitir ativar ou inativar um dos benefícios para um núcleo familiar, através do seu responsável.
- 5.4.7. Permitir controlar os status de cidadãos que estão com o benefício ativo, que estão aguardando vaga ou que foram desligados, para os benefícios Bolsa Social Familiar e Bolsa Social Inclusão.
- 5.4.8. Permitir identificar o profissional que realizou ao atendimento para o núcleo familiar.
- 5.4.9. Permitir realizar a escuta inicial para a composição familiar, que deverá obedecer ao layout de dados que a Prefeitura Municipal de Madre de Deus irá apresentar no momento da contratação, contendo minimamente os seguintes blocos de informações:

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

5.4.9.1. Informações básicas do beneficiário;

5.4.9.2. Informações de identificação do beneficiário;

5.4.9.3. Informações de filiação do beneficiário;

5.4.9.4. Informações de endereço do beneficiário;

5.4.9.5. Informações básicas de cada membro da composição familiar (pessoas que residem no mesmo domicílio);

5.4.9.6. Informações básicas de cada membro do corpo familiar (pessoas que possuem grau de parentesco);

5.4.9.7. Informações básicas sobre a residência;

5.4.9.8. Informações sobre a rua de residência;

5.4.9.9. Informações sobre a situação no mercado de trabalho do beneficiário;

5.4.9.10. Informações profissionais do beneficiário;

5.4.9.11. Informações sobre outros benefícios sociais que a composição familiar recebe;

5.4.9.12. Informações sobre benefícios eventuais que a composição familiar já recebeu;

5.4.9.13. Informações de saúde de cada membro da composição familiar;

5.4.9.14. Informações de educação de cada membro da composição familiar;

5.4.9.15. Informações sociais e afetivas sobre do beneficiário;

5.4.9.16. Informações sobre a queixa principal e anamnese do beneficiário;

5.4.9.17. Anexo de documentos exigidos pelo programa;

5.4.9.18. Informações sobre o parecer de inclusão ou do núcleo familiar no programa.

5.4.10. Permitir registrar as informações de acompanhamento do núcleo familiar, de forma a criar um plano terapêutico com eixos e prazos de evoluções.

5.4.11. Permitir registrar visitas domiciliares que são realizadas à residência do núcleo familiar.

5.4.12. Permitir iniciar uma sanção, caracterizada por um processo de suspensão, bloqueio ou cancelamento do benefício, de acordo com os critérios especificados no programa.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.4.13. Possuir um ambiente de validação do benefício para um núcleo familiar, de forma conjunta, no momento da reunião de comissão, podendo este benefício ter os status autorizado, aguardando e recusado.
- 5.4.14. Possuir ferramenta de validação pelo gestor dos beneficiários que foram autorizados na comissão, de forma que poderá ser avaliada a capacidade financeira do programa.
- 5.4.15. Possuir relatórios financeiros que evidenciem o benefício, beneficiário e valor a ser pago numa determinada competência.

5.5. **Módulo do Programa Madre Universitário**

- 5.5.1. Este módulo compreende um sistema que visa informatizar as rotinas de gestão dos programas Transporte Universitário e Bolsa Universitária para os estudantes universitários que são público-alvo, no âmbito da Secretaria de Juventude de Madre de Deus, conforme disposto na Lei Municipal nº 737/2019 (incisos I e II do artigo 167), permitindo inclusão, acompanhamento, atualização e desativação.
- 5.5.2. O sistema deve possuir a integração com o módulo Cadastro Único do Cidadão, como forma de obter o cadastro do cidadão que está pleiteando o benefício.
- 5.5.3. O sistema não deve permitir a inclusão de um cidadão que não esteja previamente cadastrado no módulo Cadastro Único do Cidadão.
- 5.5.4. O sistema deve possuir a parametrização por semestre para cada ano correspondente.
- 5.5.5. O sistema deve criticar e não permitir a concessão de um benefício quando o cidadão estiver com o cadastro inativo no módulo Cadastro Único do Cidadão.
- 5.5.6. O sistema deve permitir o controle de vinculação semestral de acordo com os status "atualizado" e "desatualizado", de acordo com o semestre vinculado versus semestre atual.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.5.7. Possibilitar o gerenciamento dos usuários, permitindo vincular ao tipo de usuário gestor ou operacional, assim como a ativação ou inativação do usuário.
- 5.5.8. Permitir a concessão dos benefícios Transporte Universitário e/ou Bolsa Universitária para um determinado cidadão.
- 5.5.9. Permitir o registro das informações do curso universitário do aluno, como instituição, local, nome do curso, os dias e turno de aulas e semestre de conclusão.
- 5.5.10. Permitir a parametrização dos roteiros disponibilizados para os beneficiários.
- 5.5.11. Permitir o registro das informações do roteiro principal e secundário, identificando os dias e turno que o beneficiário utilizará o roteiro escolhido.
- 5.5.12. Permitir o registro das informações de renda e composição familiar do beneficiário.
- 5.5.13. Permitir o registro das informações de estágio, local e período.
- 5.5.14. Permitir a parametrização de opções de respostas para os campos: instituição de ensino, nível do curso, nome do curso, tipo do curso e semestre de conclusão.
- 5.5.15. Permitir a impressão da carteira estudantil do beneficiário, que deverá ser apresentada no acesso ao transporte, de acordo com o roteiro.
- 5.5.16. Apresentar na carteira estudantil todas as informações que permita a identificação do beneficiário, incluindo a foto registrada no módulo Cadastro Único do Cidadão, e se o mesmo está apto a utilizar o respectivo roteiro.

5.6. **Módulo de Gestão e Controle da Informação**

- 5.6.1. Este módulo compreende um sistema de Business Intelligence que visa permitir aos gestores o acompanhamento e gestão dos cidadãos e serviços ofertados pelo município de Madre de Deus, auxiliando no processo de tomada de decisão por parte do poder público no que tange os cidadãos e as políticas sociais municipais, conforme disposto na Lei Municipal nº 737/2019.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 5.6.2. O sistema deve realizar a análise de dados, mineração de dados, visualização de dados, ferramentas/infraestrutura de dados e práticas recomendadas para ajudar as a instituição a tomar decisões impulsionadas nos dados armazenados.
- 5.6.3. O sistema deverá prover os seguintes benefícios:
- 5.6.3.1. Melhor planejamento de gestão;
 - 5.6.3.2. Controle sobre riscos aprimorado;
 - 5.6.3.3. Rotinas internas otimizadas;
 - 5.6.3.4. Tomada de decisões ágil e assertiva;
 - 5.6.3.5. Melhor atendimento ao cliente e fidelização;
 - 5.6.3.6. Redução de custos;
 - 5.6.3.7. Crescimento contínuo e sustentável.
- 5.6.4. O sistema deve prover a funcionalidade automática de aplicar o filtro selecionado pelo usuário em todos os painéis apresentados.
- 5.6.5. O sistema deve prover minimamente as seguintes informações:
- 5.6.5.1. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos residentes em cada cidade, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.2. Gráfico apresentado o percentual de cidadãos residentes em cada bairro de Madre de Deus, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.3. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por sexo, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.4. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por faixa etária, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.5. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por orientação sexual, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.6. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por raça/cor, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.7. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por situação no mercado de trabalho, baseado no cadastro único municipal.
 - 5.6.5.8. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por condições de saúde, baseado no cadastro único municipal.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

5.6.5.9. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por deficiência, baseado no cadastro único municipal.

5.6.5.10. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos estudantes por bairro, baseado no cadastro único municipal.

5.6.5.11. Gráfico apresentando o perceptual de cidadãos por benefício social do Programa Madre Social e Madre Universitário, baseado no cadastro único municipal.

5.6.5.12. Gráfico apresentando a quantidade de cadastro realizados por mês, baseado no cadastro único municipal.

5.6.6. O sistema deve permitir que outros gráficos possam ser criados a medida que os módulos são evoluídos e quando haja necessidade de monitoramento de qualquer informação coletada em qualquer módulo da solução integrada ou de fontes externas que sejam do domínio da Prefeitura Municipal de Madre de Deus.

6. DO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS

6.1. A empresa contratada deverá apresentar plano de treinamento destinado à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas licitados, abrangendo os níveis funcionais e gerenciais, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

6.1.1. Conteúdo Programático do Treinamento;

6.1.2. Público-alvo;

6.1.3. Registro de listas de presença com data, nome e assinatura dos participantes;

6.1.4. Processo de avaliação da aprendizagem e conhecimentos adquiridos;

6.1.5. Processo de avaliação qualitativa do conteúdo e dos instrutores do treinamento;

6.1.6. Fornecimento do material didático e certificados de participação.

6.2. A Contratada deverá treinar os usuários de cada módulo/área licitado e os técnicos responsáveis pela solução na Secretaria responsável, dentro do período de

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

implantação, numa carga horária mínima de 8 (oito) horas/aula, com os métodos suficientes e adequados para cada módulo/processo.

- 6.3. As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de 25 (vinte e cinco) participantes.
- 6.4. O ambiente físico para o treinamento de cada turma deverá ser disponibilizado pela Contratante, obedecendo ao critério de um computador para cada participante, disponibilizando conexão com a internet em todos os computadores e um vídeo projetor por sala.
- 6.5. Os custos relativos ao treinamento tais como material didático, equipamentos não contemplados no item anterior, instrutores e despesas envolvidas, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da Contratada.
- 6.6. Deverá ser fornecido certificado de participação para os participantes que tiverem comparecido a 85% ou mais das atividades de cada curso.
- 6.7. Deverá ser prestado treinamento de nível técnico sobre as áreas avançadas do sistema, para profissional ou equipe técnica designada como administradores do sistema, possibilitando análise preliminar de problemas ou dúvidas ocorridas antes da abertura de chamado para suporte da Contratada.
- 6.8. A Contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à Contratada, sem ônus para a Contratante, ministrar o devido reforço.

7. SUPORTE TÉCNICO

7.1. DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL

- 7.1.1. O atendimento as solicitações de suporte devem ser providas presencialmente, na sede da Secretaria responsável ou remotamente

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

via telefone, e-mail ou ferramenta de registro de chamados, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

7.1.1.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

7.1.1.2. Sugerir e apoiar métodos e práticas visando a correta e adequada utilização dos módulos, possibilitando obter o máximo de aproveitamento de seus recursos;

7.1.1.3. Apoiar e documentar requisitos de mudanças nos sistemas oriundos de alterações na legislação municipal, estadual e federal, visando a adequada implementação destas nos sistemas;

7.1.1.4. Apoiar na análise e documentação de informações a respeito de mudanças ou melhorias nas metodologias de trabalho, visando à otimizada implementação destas nos sistemas;

7.1.1.5. O serviço de suporte técnico operacional deve ser provido de segunda à sexta-feira, das 08:00h (oito) às 12:00h (doze) e das 13:00h (treze) às 17:00h (dezessete);

7.1.1.6. Durante toda a vigência contratual, uma equipe técnica ou profissional da Secretaria responsável ou Prefeitura ficará responsável por ser o facilitador e articulador da comunicação entre os usuários finais e a Contratada, apoiando em dúvidas operacionais de primeiro nível, planejamento e definição de prioridades dos atendimentos e solicitações de alterações, bem como o monitoramento e acompanhando dos trabalhos no dia a dia;

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

7.1.1.7. A Contratada deverá fornecer portal de atendimento on-line, onde seja possível registrar as solicitações de suporte, permitindo a consulta e acompanhamento posterior da situação destas solicitações, bem como identificação dos requerentes que solicitaram cada atendimento, com data e hora de todos os trâmites realizados, tanto pelo requerente quanto pelos operadores da Contratada;

7.1.1.8. A Contratada deverá permitir a abertura de solicitações de atendimento tanto pelo portal de atendimento quanto internamente na solução, evitando que o usuário tenha que sair do sistema para se comunicar com a Contratada. No caso de solicitações de atendimento, deve permitir enviar anexos de documentos e imagens da tela atual do usuário diretamente pela solução;

7.1.1.9. A equipe técnica ou profissional da Secretaria responsável ou Prefeitura, responsável pelo acompanhamento do suporte técnico operacional, deve ser capaz de registrar seus comentários e decisões em cada solicitação de atendimento, bem como encerrar ou solicitar prioridades de determinados atendimentos, registrados pelos usuários finais;

7.1.1.10. Os prazos de atendimento para circunstâncias que impeçam o bom andamento das atividades da Secretaria responsável serão determinados em função do nível de severidade da ocorrência. O tempo de atendimento começa a contar a partir da abertura do chamado e deverá ser atendido de acordo com a tabela abaixo:

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	PRAZO DE ATENDIMENTO
01	Sistema inoperante (sem acesso)	Até 06 horas
02	Falhas que impedem a operação do sistema	Até 72 horas
03	Falhas que prejudiquem a operação do sistema	Até 96 horas

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

7.1.1.11. Os prazos de atendimento descritos no item anterior devem garantir a solução em até 03 horas pelo menos do item 01 e para as demais severidades, no prazo estabelecido para atendimento na tabela, a Contratada deverá apresentar uma previsão para resolução;

7.1.1.12. A Contratada deverá estar apta a acessar remotamente os sistemas contratados, de forma a poder verificar condições de erros que não possam ser reproduzidas em seu ambiente interno;

7.1.1.13. O serviço de suporte presencial ou qualquer outro que exija a presença do técnico in loco na Secretaria responsável, poderão ser desenvolvidos e pagos por hora técnica, mediante valores indicados pela Contratada, desde que exigido e autorizado pelo responsável pela gestão do contrato no município.

7.2. DA MANUTENÇÃO

7.2.1. A Contratada deverá executar a manutenção corretiva, legal e evolutiva dos sistemas contratados, disponibilizando novas versões dos sistemas sempre que necessário e durante a toda a vigência contratual, de acordo com as exigências a seguir:

7.2.1.1. Manutenção legal com ônus: em caso de mudança na legislação municipal, estadual ou federal, a qual deverá ser elaborada pela Contratada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, com prazos e volume de horas a serem investidas;

7.2.1.2. Manutenção evolutiva com ônus: em caso de adaptações ou melhorias nos sistemas, de interesse exclusivo da Contratante e em comum acordo com a Contratada, e que impliquem em inclusões ou alterações das funções originais dos sistemas como telas, processos, relatórios, gráficos ou indicadores, onde deverá ser elaborada uma

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

programação para atendimento com prazos e volume de horas a serem investidas;

7.2.1.3. Todas as manutenções com ônus supracitadas serão pagas a Contratada mediante valores de hora técnica indicada pela Contratada, desde que exigido e autorizado pelo responsável pela gestão do contrato no município.

7.2.2. A Contratada deverá garantir alta disponibilidade dos sistemas que fazem parte da solução, 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), e em caso de exceções, aplicar políticas de gerenciamento de riscos e continuidade dos serviços com redundância de servidores (espelhos), aumento de capacidade de processamento e outros procedimentos que reduzam o tempo de interrupção dos serviços.

7.2.3. A Contratada deverá garantir segurança e integridade das informações de todos os sistemas e seus bancos de dados, mantendo rotinas automatizadas de backups (cópias de segurança), que permitam recuperar totalmente as informações, no caso de alguma anomalia no seu funcionamento ou falha de segurança por algum outro meio. Os backups deverão ser fornecidos sempre que solicitado pela contratante.

8. PRAZO E FORMA DE IMPLANTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

8.1. Requisitos gerais da implantação:

8.1.1. A implantação deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento fornecida pelo setor competente e o prazo para execução das etapas de implantação, migração de dados e treinamento de todos os módulos licitados será de no máximo 60 (sessenta) dias.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 8.1.2. A implantação deverá garantir pleno funcionamento, de forma on-line e em servidores (datacenter) de responsabilidade da empresa Contratada, de acordo com as exigências e especificações mínimas dos anexos, todos os módulos e sistemas contratados, sem limitar o número de usuários, para acesso ou uso simultâneo.
- 8.1.3. A contratante disponibilizará um servidor das Secretarias demandantes do objeto deste Termo para dirimir dúvidas, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa contratada, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à empresa contratada para imediata correção das irregularidades.
- 8.1.4. A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 8.1.5. O recebimento e aceite dos sistemas licitados deverão ser obrigatoriamente antecedidos de procedimentos de validação pelo responsável pelo contrato, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.
- 8.1.6. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

8.1.7. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações do município, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

8.1.8. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

9. PROVA DE CONCEITO

- 9.1. A prova de conceito tem como objetivo o município certificar-se de que a solução apresentada pela licitante satisfaz às exigências mínimas constantes do termo de referência no que tange às características técnicas, funcionalidades desejadas e desempenho.
- 9.2. A realização da prova de conceito limitar-se-á somente à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar na fase de propostas de preços. Apenas se convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja inabilitada pelo não atendimento aos requisitos aferidos pela Comissão de Avaliação.
- 9.3. A prova de conceito será realizada em data e local a serem divulgados pelo Pregoeiro, a todos os licitantes na sessão pública de abertura do processo ou, assim não ocorrendo, por meio de veiculação no Diário Oficial deste município.
- 9.4. A data a ser informada para apresentação da prova de conceito, mencionada no subitem anterior, deverá possuir no mínimo uma diferença de 03 (três) dias úteis, compreendidos entre a data da convocação e a data da realização da apresentação.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 9.5. A avaliação da prova conceito será realizada pela Comissão de Avaliação a ser designada pela Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLAN, deste município, a qual será constituída por servidores deste município. Para a realização da prova, a licitante poderá eleger no máximo dois representantes, a fim de que se mantenha a ordem na sessão.
- 9.6. A demonstração deverá ocorrer de forma dinâmica e respeitados os horários estipulados pela Comissão de Avaliação para o início e término, podendo estender-se por mais de um dia, hipótese em que será informada a todos a data de continuidade dos trabalhos, podendo ser o dia imediatamente posterior.
- 9.7. A prova de conceito ocorrerá consoante o seguinte rito:
- 9.7.1. Leitura, de forma sequencial, pela licitante, em voz alta, da funcionalidade a ser demonstrada;
- 9.7.2. Demonstração da funcionalidade em questão.
- 9.8. Além dos requisitos técnicos constantes do termo de referência, a Comissão poderá solicitar outras demonstrações que considerar necessárias à aferição ao atendimento ao edital, desde que não gerem à licitante esforço superior ao razoável.
- 9.9. A Comissão utilizar-se-á de critérios objetivos para o julgamento das funcionalidades demonstradas, podendo, a qualquer momento da sessão de avaliação, efetuar questionamentos acerca do objeto demonstrado.
- 9.10. A solução ofertada deverá atender a, no mínimo, 90% dos itens descritos no presente Termo de Referência. Caso este percentual mínimo não seja atingido, a proposta será recusada e a licitante desclassificada, sendo convocada a segunda classificada no certame para a demonstração. E assim sucessivamente até que

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

se conclua o final do processo de seleção, com a homologação pela Comissão Avaliadora.

- 9.11. A licitante que não comparecer para execução da prova na data e hora marcada será automaticamente desclassificada.
- 9.12. A licitante deverá disponibilizar todos os equipamentos que julgar necessários para a demonstração, sendo recomendada a utilização de projetor multimídia, a fim de que se proporcione uma melhor visualização a todos os presentes na sessão.
- 9.13. Será permitida a participação das demais licitantes (limitado a um (1) representante por empresa) nas sessões de demonstração.
- 9.14. Caberá à Comissão de Avaliação garantir a plena execução de todas as atividades relativas à prova de conceito, e ainda:
- 9.14.1. Avaliar cada funcionalidade demonstrada, preenchendo questionário específico de atendimento/não atendimento, pontuando as observações necessárias;
- 9.14.2. Emitir o “Relatório de conclusão da avaliação técnica”;
- 9.14.3. Emitir o Termo de aceite definitivo ou de recusa da solução, a fim de que se possibilite a continuidade do processo licitatório.
- 9.15. Na hipótese de recusa da solução pela Comissão de Avaliação, a licitante será declarada desclassificada, situação em que será convocada a próxima licitante para realizar a prova de conceito, na ordem de classificação das propostas.
- 9.16. **PRAZOS**

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

9.17. O contrato para prestação do serviço terá vigência por prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme legislação.

9.18. O treinamento centralizado e capacitação dos profissionais descritos nos itens dos Serviços de Implantação e Treinamento deste Termo de Referência deverão ser iniciados a partir do 5º dia da data de assinatura do contrato e deverá ter duração de até 05 (cinco) dias úteis por cada Secretaria operadora do sistema de governança.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Implantar e instalar a solução tecnológica nos equipamentos fixos e nos computadores da CONTRATANTE, com a respectiva homologação e licença de uso dos sistemas.
- 10.2. Treinar e capacitar os usuários do sistema de gestão designados para tal atividade no município.
- 10.3. Efetuar manutenção, atualização e suporte técnico para os sistemas e para os equipamentos.
- 10.4. Responsabilizar-se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora.
- 10.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, quando for necessário.
- 10.6. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da contratação utilizadas para prestação dos serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

- 10.7. Dar manutenção preventiva/corretiva ao sistema, sendo que a corretiva deve ocorrer em um prazo hábil de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de notificação da contratante.
- 10.8. Responsabilizar-se por todos os serviços contratados.
- 10.9. Prestar os serviços no prazo determinado.
- 10.10. Garantir a boa qualidade dos serviços prestados.
- 10.11. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Notificar, por escrito, o prestador de serviço, ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado para a sua regularização.
- 11.2. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviço possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.3. Disponibilizar seus colaboradores para os treinamentos de acordo com cronograma definido entre as partes.
- 11.4. Responsabilizar-se por todos os cadastros necessários para utilização do sistema, bem como, por ceder à contratada as informações necessárias e pertinentes para implantação e manutenção do sistema.
- 11.5. Designar um responsável de sua equipe profissional, que deverá ser o interlocutor entre o seu pessoal e o do prestador de serviço, para todos os serviços estabelecidos nesta proposta.
- 11.6. Aplicar, as penalidades e sanções previstas no contrato.
- 11.7. Designar um responsável para acompanhar toda a execução da implantação do serviço. O responsável deverá comunicar expressamente ao prestador de serviço qualquer divergência ou inconformidade para que as providências sejam tomadas no sentido de resolução dessas pendências.
- 11.8. Responsabilizar-se pela utilização ou não do sistema por todos os usuários envolvidos no projeto, após a devida implantação.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024

Av. Rodolfo de Queiroz Filho,, Centro, Madre de Deus, BA, Brasil, 42600000, Telefone:(71) 3606-0401



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://indap.org.br/>

Sistema GedIndap - Atualização diária do sistema - Versão: 2024 - Tipo Programa: GI-07 - Campo de Aplicação: AD-04
Certificado de Registro de Programas de Computador - Processo nº: BR 51 2017 000515-0 - INPI



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

11.9. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Município de Madre de Deus e será descredenciada no cadastro de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, constante da Lei 14.133 de 2021, nos seguintes casos:

- 12.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 12.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 12.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 12.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.6. Não mantiver a proposta;
- 12.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 12.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 12.1.9. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Por força da responsabilidade com o escopo de informatização dos órgãos municipais de Madre de Deus, estabelecida através da Lei Municipal de Governança Pública, nº 737, de 20 de dezembro de 2019, a SEPLAN será a responsável, através de seus fiscais e gestores, pela fiscalização do contrato, fruto desse processo.

Prefeitura Municipal de Madre De Deus
Centro Administrativo de Madre de Deus
Avenida Rodolfo Queiroz Filho, 55, Centro – Madre de Deus/BA.

PE 016/2024





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

14. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Manutenção do sistema integrado de governança pública, conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	12		
Implantação do sistema integrado de governança pública <i>in loco</i> , bem como treinamento e capacitação para o uso de todos os profissionais envolvidos, conforme especificações do Termo de Referência.	UND	1		
VALOR GLOBAL				

15. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Manutenção do sistema integrado de governança pública, conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	12	29.625,00	368.755,08
Implantação do sistema integrado de governança pública <i>in loco</i> , bem como treinamento e capacitação para o uso de todos os profissionais envolvidos, conforme especificações do Termo de Referência.	UND	1	53.325,00	53.996,87
VALOR GLOBAL				422.751,95

Frederico Reis
Fiscal de contratos

Paulo Sérgio de Souza
Secretario de planejamento ciência, tecnologia e Inovação.

Madre de Deus, Bahia. 01 de Fevereiro de 2024.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO III – Termo de Adesão – BLL

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DABLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante	RG:
Legal:	CPF:
E-mail:	
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp.	
Financeiro:	
E-mail	Telefone:
Financeiro:	
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

_____ (Assinaturas autorizadas com
firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO III.I

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DABLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA.

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp

O Licitante reconhece que:

I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido; ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante; iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO IV
Declaração de cumprimento das condições para Habilitação

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS-BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023.
A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO V
Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS-BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/20[...].
A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99).

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VI
Declaração de Enquadramento de ME/EPP;

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS-BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/20[...].

A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ/MF N.º_____, (ENDEREÇO COMPLETO)_____, declara, sob as penas da Lei, que está enquadrada como microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pelas Leis Complementares n.º. 128/2008, 147/2014, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA
EMPRESA**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS-BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/20[...].
A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Empresa, inscrita no CNPJ nº. , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ ,
portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº. , DECLARA que, não possui em seu quadro
funcional servidor público ou dirigente vinculado ao Município de MADRE DE DEUS ou a órgão
público federal ou estadual do qual os recursos que ampararão a futura contratação sejam oriundos.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VIII

MINUTA

CONTRATO ADM Nº [...]//2024

O **MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL, ESTADO DA BAHIA**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 33.919.960/0001-09, com sede na Av. Rodolfo de Queiroz Filho, nº 55, Centro Madre de Deus-Ba, representada neste ato, pela Secretária Municipal de Secretário de Planejamento o Senhor, PAULO SERGIO DE SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº [...] CPF nº [...] devidamente autorizado (a) por Ato de Delegação do Senhor Prefeito Municipal de Madre de Deus, conforme Decreto nº 86/2021 publicado no Diário Oficial do Município (DOM) em 16 de junho de 2021, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **Empresa** [...], inscrita no CNPJ nº [...], situado à [...], adjudicatária vencedora do **Pregão Eletrônico nº [...], Processo Administrativo nº 2949/2023**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). [...], inscrito no CPF nº [...], doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal 238/2022 e alterações posteriores no que couber, conforme Parecer Jurídico nº [...]//2023, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Sistema Integrado de Governança Pública, que contempla sistemas voltados para as necessidades técnico-administrativas e de gestão das secretarias de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN), Desenvolvimento Social (SEDES) e Juventude (SEJUV), conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste de Termo Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura, respeitando a possibilidade de prorrogações exercício após exercício, conforme dispõe o Art. 108, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ [...] ([...]);

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de [...] na classificação abaixo:

Unidade:

Projeto/Atividade :

Elemento:

Fonte:

Código Reduzido:

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência;

5.2 O prazo para pagamento será de até [...] [...] dias, a contar da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

5.3 Fica estabelecido que, caso haja aditivo, depois de transcorrido o prazo do contrato, o mesmo terá o seu valor recomposto, tendo como índice para auferir a inflação do período o INPC;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.4 Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

CLÁUSULA SEXTA- DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES

- 6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124. da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.5 As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO

- 7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 7.1.1 A implantação deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento fornecida pelo setor competente e o prazo para execução das etapas de implantação, migração de dados e treinamento de todos os módulos licitados será de no máximo 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1 A Gestão, Fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato caberão a Contratante, através de servidor designado, com poderes para verificar se os serviços serão entregues de acordo com o previsto, fazer advertência quanto qualquer falta, aplicar multas e demais ações necessárias a Contratada.
- 8.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 8.3 Ficará designado para fiscalizar o contrato, um servidor da Prefeitura Municipal de Madre de Deus – Bahia.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1 São obrigações da CONTRATADA:
 - 9.1.1 Notificar, por escrito, o prestador de serviço, ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado para a sua regularização.
 - 9.1.2 Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviço possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
 - 9.1.3 Disponibilizar seus colaboradores para os treinamentos de acordo com cronograma definido entre as partes Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.4 12.4. Responsabilizar-se por todos os cadastros necessários para utilização do sistema, bem como, por ceder à contratada as informações necessárias e pertinentes para implantação e manutenção do sistema.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 9.1.5 Designar um responsável de sua equipe profissional, que deverá ser o interlocutor entre o seu pessoal e o do prestador de serviço, para todos os serviços estabelecidos nesta proposta.
- 9.1.6 Aplicar, as penalidades e sanções previstas no contrato.
- 9.1.7 12.7. Designar um responsável para acompanhar toda a execução da implantação do serviço. O responsável deverá comunicar expressamente ao prestador de serviço qualquer divergência ou inconformidade para que as providências sejam tomadas no sentido de resolução dessas pendências. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato ou vigência do contrato;
- 9.1.8 Responsabilizar-se pela utilização ou não do sistema por todos os usuários envolvidos no projeto, após a devida implantação.
- 9.1.9
- 9.1.10 Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 9.1.11 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte cinco por cento) do seu valor inicial do Contrato/Nota de Empenho;
- 9.1.12 O pedido de cancelamento da entrega de determinado material só será aceito, se não comprometer o andamento normal dos serviços;
- 9.1.13 Assumir quaisquer danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da entrega ou causados por seus empregados ou prepostos;
- 9.1.14 Designar um responsável de sua equipe profissional, que deverá ser o interlocutor entre o seu pessoal e o do prestador de serviço, para todos os serviços estabelecidos nesta proposta.
- 9.1.15 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas, por escrito;
- 9.1.16 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município, no tocante a execução do sistema e prestação de serviços, assim como as obrigações previstas neste Termo;
- 9.1.17 Possibilitar ao Município efetuar vistoria nas instalações da empresa, a fim de verificar as condições para o atendimento do objeto;
- 9.1.18 Prover todos os meios necessários para a implantação e instalação solução tecnológica a ser contratado, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 9.1.19 Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;
- 9.1.20 Responsabilizar-se pela falta do produto ou serviço, cujo fornecimento ou execução seja de sua responsabilidade, e que não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço ou objeto deste Termo;
- 9.1.21 Indenizar terceiros e/ou Município, mesmo em caso de ausência ou missão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízo causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 9.1.22 Arcar com qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsáveis.
- 9.1.23 Comprovação de que o contratado cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 9.2 São obrigações da CONTRATANTE:
Notificar, por escrito, o prestador de serviço, ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado para a sua regularização.
- 9.3 Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviço possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.4 Disponibilizar seus colaboradores para os treinamentos de acordo com cronograma definido entre as partes.

9.5 Responsabilizar-se por todos os cadastros necessários para utilização do sistema, bem como, por ceder à contratada as informações necessárias e pertinentes para implantação e manutenção do sistema.

9.6 Designar um responsável de sua equipe profissional, que deverá ser o interlocutor entre o seu pessoal e o do prestador de serviço, para todos os serviços estabelecidos nesta proposta.

9.7 Aplicar, as penalidades e sanções previstas no contrato.

9.8 Designar um responsável para acompanhar toda a execução da implantação do serviço. O responsável deverá comunicar expressamente ao prestador de serviço qualquer divergência ou inconformidade para que as providências sejam tomadas no sentido de resolução dessas pendências.

9.8 Responsabilizar-se pela utilização ou não do sistema por todos os usuários envolvidos no projeto, após a devida implantação.

Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.13 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1 advertência;
- 10.2.2 multa;
- 10.2.3 impedimento de licitar e contratar e com o Município de Madre de Deus e será descredenciada no cadastro de fornecedores do Município, pelo prazo de 05(cinco) anos. Conforme o termo de referência.
- 10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A advertência será cabível nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.5 A multa pode ser moratória e compensatória:

10.5.1 A moratória será devida quando houver atraso injustificado na execução do contrato.

10.5.2 A compensatória será cabível nas hipóteses de inexecução parcial do contrato; dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa a inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e ensejar no retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

10.5.3 A base de cálculo não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30 (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

10.5.4 O prazo para defesa é de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, mesmo prazo para apresentação de recurso dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) úteis, encaminhará recurso com sua motivação a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 No impedimento de licitar e contratar, observará o que segue:

10.6.1 Cabível quando o licitante der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa a inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando dentro do prazo de validade de sua proposta e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6.2 A abrangência dessa sanção é territorial, ou seja, no âmbito da Administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e prazo de duração máximo de 3 (três) anos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 10.6.3 O prazo para interposição de defesa escrita e especificação de provas que pretenda produzir, é de 15 (quinze) dias uteis, contados da data de intimação.
- 10.6.4 O prazo para apresentação de recurso é de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de intimação, e, sera dirigido a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias uteis, encaminhará o recurso com sua motivação a autoridade superior, a qual devera proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias uteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 Da declaração de idoneidade

- 10.7.1 Sera cabível quando o licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.7.2 A sua abrangencia é para toda administração pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 10.7.3 O prazo para interposição de defesa escrita e especificação de provas que pretenda produzir, é de 15 (quinze) dias uteis, contados da data de intimação.
- 10.8 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento. Para aplicação analise jurídica obrigatória.
- 10.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

- 11.10 presente Termo de Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no Art. 137. da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no Art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis;
- 11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;
- 11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;
- 11.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021;
- 11.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

- 12.1 É vedado à CONTRATADA:
- 12.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

- 13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

- 14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, nos termos previstos na Lei Federal 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

- 15.1 As partes elegem a Comarca do Contratante, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato;

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Madre de Deus/BA,

[...]CONTRATANTE

[...] CONTRATADA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Anexo I - Contrato

OBJETO [...]

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTO	U.M	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR GLOBAL.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGENCIA DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIENCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDENCIA SOCIAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS-BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/20[...].
A/C.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Empresa, inscrita no CNPJ nº. , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)